

JOAQUIM LOURENÇO VAI DEDER A DIMISSÃO.

## GABINETE DO MINISTRO DESALIENTE

O titular da pasta da Agricultura e Pescas, Joaquim Lourenço, terá apresentado ao Primeiro-Ministro a sua intenção de se demitir, por concluir que não dispunha de meios adequados para fazer cumprir a lei da reforma agrária num clima de paz social considerado indispensável antes da campanha eleitoral. A notícia, divulgada por um matutino do Porto e baseada em afirmações da «fonte fidedigna», foi-nos esta manhã desmentida pelo gabinete do próprio ministro.

De acordo com o referido jornal, o assunto em questão será tratado depois do regresso de Maria de Lurdes Pintasilgo.

As razões de Joaquim Lourenço assentariam no facto de ele considerar que as desintervenções têm de ter em conta a possibilidade de trabalho dos rurais não aceites pelo reservatório, sob pena de se agravar o clima de tensão no Alentejo.

Joaquim Lourenço, terá considerado ainda, que a manutenção dos empregados na zona de intervenção da reforma agrária só

é possível criando novos postos de trabalho. Ou seja, investindo de forma a alargar os regadios.

No entanto, o segundo a mesma notícia, o ministro das Finanças, Sousa Franco, opõe-se ao aumento de crédito para investimento na agricultura, o que deixará Joaquim Lourenço de mãos atadas. A questão foi discutida em Conselho de Ministros, não tendo o Governo chegado a qualquer conclusão concreta.

A mesma fonte referiu, que a decisão de cancelar a entrega

de reservas está ligada àquele assunto, já que o lançamento no desemprego de muitos trabalhadores rurais poderia provocar, depois dos incidentes de Montemor-o-Novo, uma situação de tensão muito perigosa.

A tese, a nível de Governo, da que não havendo alternativas melhores, o melhor seria suspender a entrega de reservas até às eleições, tem opositora entre eles Jerónimo Lourenço, visto que uma tal saída, pouparia embora tensões no Alentejo, as alargaria ao País, já que seria aproveitada pelo P.C.P como uma «vitória» e pela Aliança Democrática como um argumento sério para a sustentação da ideia de que o Governo está ao serviço dos comunistas, rejeitada pela generalidade dos membros do gabinete.

